



INFORME TÉCNICO

Assessoria Técnica da Liderança do PT

Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA para o Exercício de 2010¹

Mário Capp Filho*

O presente trabalho procura apresentar os aspectos mais relevantes contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 - PLOA 2010.

O PLOA 2010 traz previsões de receitas totais da ordem de R\$ 1,74 trilhão, sendo R\$ 853,6 bilhões de arrecadação de receitas primárias e R\$ 884,8 bilhões de receitas consideradas financeiras. Em relação às despesas, o seu valor total também se situa em R\$ 1,74 trilhão, em obediência ao princípio do equilíbrio orçamentário, sendo R\$ 802,4 bilhões relativos a despesas primárias e R\$ 936,0 bilhões de despesas classificadas como financeiras.

I. Parâmetros Macroeconômicos

Os montantes de receitas e despesas são fruto de perspectivas de cenários macroeconômicos que demonstram recuperação em relação à crise inflacionária mundial que se abateu sobre as principais economias do planeta em 2008 com reflexos sobre a economia brasileira em 2009.

O IPCA acumulado anual deverá situar-se em 4,33% em 2010, contra a previsão de 4,42% em 2009. Por seu turno o IGP-DI, prevê um aumento de previsão de 1,35% em 2009 para 4,5 % em 2010.

Em relação à evolução da atividade econômica, as projeções demonstram que o Produto Interno Bruto – PIB está em ascensão. A previsão de crescimento do produto real é de 4,5% para o ano de 2010 (contra 1% em 2009) representando um montante de produto nominal de R\$ 3,33 trilhões (a última estimativa para 2009 é de R\$ 3,05 trilhões).

A taxa de juros (Selic) prevista no PLOA 2010 é a mesma prevista para 2009 de 8,75%, em termos médio. Quanto à taxa de câmbio, a expectativa é que a cotação do dólar mantenha-se um pouco abaixo da atual estabelecida em R\$ 2,08. A previsão é que sua cotação situe-se, em média, em R\$ 2,08 por dólar.

Por fim, o salário mínimo ganha aumento nominal de 8,8% (considerando o crescimento real do PIB de 2008 de 5,08% e a correção pela inflação do INPC acumulado de 3,54%), passando a representar R\$ 505,90, ou seja R\$ 40,90 acima do valor deste ano (R\$ 465,00).

¹ Este Informe Técnico foi produzido tendo por base a apresentação realizada pelo Sr. Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão à imprensa nesta data. (1º/09/2009)

A seguir são apresentados os principais parâmetros econômicos constantes do PLOA 2010:

Parâmetros	REPROGRAMADO 2009 (a)	PLOA 2010 (b)	DIFERENÇA (c = b-a)
PIB REAL (%)	1,00	4,50	3,50
PIB NOMINAL (R\$ BILHÕES)	3.047,2	3.326,5	279,3
INFLAÇÃO (%) – IPCA ACUM. (%)	4,42	4,33	-0,09
TAXA DE JUROS MÉDIA - SELIC (% A.A)	8,75	8,75	0,00
IGP – DI ACUM. (%)	1,35	4,50	3,15
TAXA DE CÂMBIO MÉDIA (R\$)	2,08	2,01	-0,07
SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	465,00	505,90	40,90

Fonte:SPE/MF

II. Resultado Primário do Setor Público

O PLOA 2010, atendendo à determinação da LDO 2010, estabelece a expectativa de resultado primário da ordem de 3,3% do PIB para o exercício de 2010, representando R\$ 109,8 bilhões. Esse resultado se decompõe em 2,15% do PIB (ou R\$ 71,5 bilhões) como parcela a ser alcançada pelo Governo Central, 0,20% do PIB (ou R\$ 6,7 bilhões) como contribuição das empresas estatais federais e 0,95% do PIB (ou R\$ 31,6 bilhões) como participação no esforço dos governos regionais e de suas empresas estatais.

III Síntese do Orçamento

Em relação às receitas líquidas arrecadadas, o PLOA 2010 destina R\$ 487,3 bilhões ao pagamento de despesas obrigatórias e R\$ 49,0 bilhões ao cumprimento da meta de resultado primário, restando R\$ 173,4 bilhões para utilização em despesas discricionárias. Esse valor de despesas discricionárias é R\$ 28,2 bilhões maior que o reprogramado para 2009.

IV. Orçamento Total

IV.1. Receitas Primárias²

Em termos de repartição das receitas primárias arrecadadas pelo Governo Federal, o PLOA 2010 destina aos estados e municípios R\$ 143,9 bilhões dos R\$ 853,6 bilhões (o valor reprogramado para 2009 é de R\$ 743,3 bilhões) que projeta serão arrecadados (cerca de 14,8% acima do valor reprogramado para 2009), representando 25,66% do PIB.

As receitas administradas pela Receita Federal vão atingir a R\$ 545,1 bilhões (representando um aumento de R\$ 79,3 bilhões em relação ao exercício de 2009) e equivalendo a 16,4 % do PIB.

² São aquelas predominantemente correntes

Não foi previsto pelo Governo para a Área da Saúde em 2010 a receita proveniente do tributo relativo a Contribuição Social para a Saúde – CSS.

IV.2 Despesas Obrigatórias

Em relação às despesas obrigatórias, observa-se incremento nas despesas de pessoal ocasionado pelas concessões de aumento salarial e reestruturações de carreira. O total de despesas com pessoal eleva-se de R\$ 153,8 bilhões para R\$ 168,0 bilhões, continuando a representar 5,05% do PIB.

Os gastos com benefícios previdenciários também crescem em termos de participação nas despesas obrigatórias do Governo Federal. O montante a ser gasto com esse item da despesa passa de R\$ 267,8 bilhões, em 2009, para R\$ 294,4 bilhões, em 2010, equivalendo a um aumento de R\$ 26,6 bilhões.

IV.3 Despesas Discricionárias

Em termos de distribuição pelas áreas de governo observa-se a priorização da social, na medida em que dos recursos destinados às despesas discricionárias 55% foram alocados em despesas da área social. O valor total nessa área para o ano de 2010 foi de R\$ 91,7 bilhões, R\$ 11,5 bilhões a mais que o alocado no ano de 2009 para o Poder Executivo.

Os valores consignados a cada uma das áreas de Governo (Poder Executivo) estão demonstrados na tabela abaixo.

R\$ bilhões	
Área	PLOA 2010
SOCIAL	91,74
INFRA-ESTRUTURA	37,70
PODERES DO ESTADO	29,80
PRODUÇÃO	6,90
TOTAL GERAL	166,1

O detalhamento desses recursos por segmento encontra-se em tabelas anexas a esta Nota Técnica.

A LOA/2010 não prevê recursos para Compensação à Desoneração das Exportações (Lei Kandir). Tal fato acarretará pressão de representantes de bancadas de estados que se sintam em prejuízo por esta decisão

IV.4 Despesas Financeiras

Estão previstas despesas com amortização da dívida no montante de R\$ 757,2 bilhões, com juros e encargos de dívida de R\$ 110,4 bilhões e com demais despesas financeiras de R\$ 68,5 bilhões.

IV.5 Investimentos

O montante total para investimentos em 2010 é de R\$ 140,4 bilhões, dos quais R\$ 46,0 bilhões estimados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cerca de 18,4% ao valor previsto para 2009 (R\$ 79,7 bilhões). O valor total de investimentos é R\$ 22,8 bilhões superior ao previsto para o exercício de 2009 (R\$ 117,6 bilhões).

V. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Em relação aos investimentos programados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, observa-se um crescimento de recursos de R\$ 21,8 bilhões previstos neste exercício, para R\$ 23,4 bilhões, em 2010, equivalendo a um aumento de R\$ 1,6 bilhão. Tal dinâmica demonstra o firme propósito do Governo em dar seqüência aos investimentos iniciados e de manter o direcionamento estratégico de crescimento da economia sob o enfoque estrutural.

VI. Orçamento das Empresas Estatais

Nos investimentos das empresas estatais também se observa elevação acentuada de recursos, passando de R\$ 79,7 bilhões, em 2009, para R\$ 94,4 bilhões em 2010, representando elevação nominal de 18,4 %. Tal tendência já vinha sendo percebida, quando no ano anterior esse agregado também havia apresentado crescimento (aumento de R\$ 26,2 bilhões).

Os recursos destinados ao PAC pelas Empresas Estatais passaram de R\$ 52,7 bilhões, em 2009, para R\$ 60,6 bilhões, em 2010, representando um incremento nominal de despesas da ordem de 15,05%.

VII. Bolsa-Família

O Programa Bolsa-Família, principal arranjo de promoção da cidadania do atual governo, continua como suporte financeiro necessário à manutenção das famílias cadastradas no Programa. Desde o ano de 2006 o Programa vem atendendo aproximadamente a 11,1 milhões famílias. Em 2009 o número passou a ser de 11.434 famílias. Para 2010 está previsto o atendimento de 12.700 famílias, o que representará gastos da ordem de R\$ 13,1 bilhões.

VIII. Programa Minha Casa Minha Vida

Está previsto o valor de R\$ 7,3 bilhões para o Programa apenas para subsídios. O montante programado para 2009 é de R\$ 6,0 bilhões, sendo que provavelmente não será totalmente utilizado neste exercício.

IX. Regime Geral da Previdência

O Regime Geral de Previdência tradicionalmente apresenta déficit. Em 2008, houve uma quebra nessa tendência, em grande parte pelo crescimento na arrecadação previdenciária e do indicador da massa salarial nominal. Para 2010, prevê-se uma redução do déficit que passa de R\$ 40,8 bilhões, em 2009, para R\$ 38,9 bilhões.

Não foi considerado pelo Governo aumento dos benefícios previdenciários para os proventos acima do valor do Salário Mínimo. Em caso de entendimento entre o Governo e o Congresso Nacional sobre esse assunto, a estimativa (segundo a imprensa) seria de uma

despesa adicional de R\$ 3,0 a R\$ 4,0 bilhões, o que deverá acarretar sérios problemas para atendimento pela Relatoria-Geral do PLOA/2010.

X. Fundo Soberano do Brasil - FSB

Esse Fundo especial de natureza contábil - financeira consta do PLOA/2010 como uma Unidade Orçamentária sob Supervisão do Ministério da Fazenda, no órgão "Encargos Financeiros da União", contendo apenas uma dotação simbólica.

XI. Reserva de Contingência e Recursos para Emendas Parlamentares

A Reserva de Contingência cumpre o mandamento da LDO 2010 no sentido de nela alocar 2% da Receita Corrente Líquida – RCL do Governo Federal, sendo que 1% em classificação que permita aos parlamentares utilizarem para a apresentação de emendas. O volume de recursos destinados às emendas parlamentares, constantes do PLOA 2010, é de R\$ 4,74 bilhões.

XII. Anexo de Metas e Prioridades da LDO/2010

O Governo não considerou as novas ações (aproximadamente 600) incluídas pelo Congresso Nacional no Anexo 1 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 – LDO/2010 (Anexo de Metas e Prioridades). As ações incluídas são aquelas que constavam do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 – PLDO/2010 encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

XIII. Provável Cronograma Preliminar de Tramitação Previsto para o PLOA/2010, com base nos prazos estabelecidos pela Resolução nº 01, de 2006 - CN

01. Leitura em sessão do Senado Federal.....	1º/09/2009
02. Publicação e distribuição de avulsos.....	até 06/9/2009
03. Realização de audiências públicas	até 06/10/2009
04. Apresentação de emendas à .receita e de renúncia de receitas ao Projeto.....	de 07 a 21/09/2009
05. Publicação e distribuição de avulsos das emendas à receita e de renúncia de receitas.....	até 24/09/2009
06. Apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita	até 11/10/2009
07. Votação do Relatório da Receita e suas emendas.....	até 14/10/2009
08. Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar	até 19/10/2009
09. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar	de 20 a 22/10/2009
10. Votação do Relatório Preliminar e suas emendas.....	até 25/10/2009
11. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei.....	de 26 a 04/11/2009
12. Publicação e distribuição de avulsos das emendas *	até 9/11/2009
13. Apresentação, Publicação, distribuição e votação dos Relatórios Setoriais	até 28/11/2009
14. Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório do Relator-Geral	até 15/12/2009
15. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN.....	até 20/12/2009
16. Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de Autógrafos	até 22/12/2009

Anexo - Detalhamento das Despesas Discricionárias por Política e por Órgão

R\$ Milhões			
ÁREA/ÓRGÃO (Custeio e Investimentos)	2008	2009	2010
SOCIAL	72.166,8	80.221,7	91.739,4
<i>Cultura</i>	616,0	663,0	968,6
<i>Desenvolvimento Social e Combate à Fome</i>	13.051,4	13.842,6	16.296,0
<i>Educação</i>	11.668,2	15.132,4	21.069,0
<i>Esportes</i>	338,9	425,7	385,8
<i>Previdência Social</i>	1.664,4	1.555,4	1.937,1
<i>Saúde</i>	43.842,2	47.676,4	49.788,4
<i>Trabalho</i>	985,7	926,1	1.294,6
INFRA-ESTRUTURA	23.700,7	26.255,0	37.698,4
<i>Cidades</i>	5.051,1	6.482,4	12.431,1
<i>Ciência e Tecnologia</i>	3.457,5	4.116,4	5.202,5
<i>Comunicações</i>	312,2	318,5	530,7
<i>Integração Nacional</i>	4.066,9	3.255,8	4.060,7
<i>Meio Ambiente</i>	588,3	550,6	832,0
<i>Minas e Energia</i>	633,7	661,9	944,2
<i>Transportes</i>	9.591,1	10.869,4	13.697,3
PRODUÇÃO	5.568,4	5.869,3	6.901,6
<i>Agricultura</i>	1.206,9	1.430,1	1.577,9
<i>Desenvolvimento Agrário</i>	2.405,0	2.585,1	3.337,3
<i>Desenvolvimento, Indústria Comércio Exterior</i>	577,6	634,0	733,8
<i>Pesca e Aquicultura</i>	131,8	286,1	450,8
<i>Turismo</i>	1.247,1	933,9	801,7
DEMAIS	19.171,2	18.365,1	29.776,9
<i>Advocacia Geral da União</i>	226,6	189,7	302,3
<i>Defesa</i>	8.934,3	8.843,6	13.587,2
<i>Encargos Financeiros da União</i>	90,8	487,6	1.311,8
<i>Fazenda</i>	3.067,9	2.656,9	3.703,3
<i>Justiça</i>	2.862,6	2.200,1	3.306,6
<i>Operações Oficiais de Crédito</i>	105,2	76,5	127,2
<i>Planejamento</i>	484,0	841,4	2.876,6
<i>Presidência</i>	2.082,5	2.150,3	3.294,1
<i>Relações Exteriores</i>	1.264,2	861,0	1.206,9
<i>Transferências Superv. MF</i>	50,1	54,9	57,0
<i>Vice-Presidência da República</i>	3,1	3,0	3,8
TOTAL	120.607,1	130.711,1	166.116,3

OBS. Exclui execução de Emendas e Recursos de Convênios